

Crise ameaça a estratégia de Marcílio

**Sandro Silveira
Rosenildo Ferreira**

A atual crise política que atinge o Governo do presidente Collor poderá tornar nulos os esforços exigidos da sociedade pela rígida política econômica adotada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. A avaliação foi feita pelo economista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Gustavo Franco.

Segundo ele, restariam a Marcílio, apenas dois caminhos: dobrar-se às pressões da área política ou "virar a mesa", transformando-se numa espécie de primeiro-ministro. Marques Moreira já emite sinais que demonstram opção pela segunda hipótese.

Prova disto é que na última segunda-feira, durante palestra na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ele fez uma defesa veemente do parlamentarismo: "A atual estrutura política favorece o impasse", explicou. O comentário leva em conta a fragilidade da base de sustentação do Governo e as dificuldades encontradas para emplacar o ajuste fiscal.

Os sinais de que a equipe econômica está perdendo "fôlego" na queda de braço com a área política foram emitidos pelo secretário de Política Econômica, Roberto Macedo. No mesmo dia, ele admitiu que a sorte da equipe depende do desfecho da crise política: "Por mais que se queira não dá para esconder que a situação está muito difícil", lamentou.

Estratégia — Gustavo Franco admite que esta estratégia poderá "salvar" o programa

econômico, prejudicado pelas sucessivas crises políticas. "O ministro deveria dobrar a aposta e ocupar os espaços, isolando a gestão dos assuntos econômicos da parte podre do Governo", recomendou.

Por sua vez, o professor-titular da Universidade Federal do Rio (UFRJ), João Paulo de Almeida Magalhães, destacou que o modelo adotado (política monetária ortodoxa rígida baseada no controle dos gastos e na fixação de juros elevados), já começa a apresentar "sinais de cansaço".

Segundo ele, a equipe econômica deveria adotar uma política mínima de rendas, para atenuar os efeitos da recessão: "O grande problema é que o Governo como um todo não está dando certo, e isto gera um sentimento de frustração na sociedade", avaliou.

Como exemplo, ele cita a dificuldade de mobilização em torno do ajuste fiscal: "Todos os setores defendem a reestruturação do sistema tributário mas, a cada dia que passa o consenso em torno deste assunto fica mais distante", lembrou João Paulo de Almeida Magalhães, que também é consultor da Federação das Indústrias do Rio (Firjan).

O professor da PUC-RJ argumenta que o momento exige do ministro soluções rápidas para conter as pressões por liberação de verbas públicas. "Se o ministro não definir com clareza qual rumo irá seguir, ele se tornará muito vulnerável", acredita Gustavo Franco, lembrando que a continuidade do quadro atual representa uma "rota suicida".

A equipe econômica entende ser impossível reverter o quadro monetário atual, gerador de vários argumentos de setores governistas da área política contra Marcílio, visando facilitar a liberação de verbas. Os efeitos devem se manter, porém cada vez mais brandos.

Efeitos da política econômica

1) Crescimento real da dívida mobiliária em 156 por cento apenas no primeiro semestre de 1992, determinado pela necessidade de enxugar a liquidez.

2) Queda de 10,07 por cento na arrecadação federal, no período julho 1991 a julho de 1992, com perda de Cr\$ 5,4 trilhões para os cofres públicos.

3) Inflação estabilizada no patamar de 21 por cento, mas com perspectiva de aceleração a curto prazo. A expectativa no mercado futuro do dólar indica 25 por cento em setembro.

4) Salário mínimo hoje é de 46 dólares, o terceiro mais baixo da América do Sul. Em setembro pode chegar a Cr\$ 517 mil (cálculo preliminar) ou 98 dólares, contra os Cr\$ 1,6 milhão calculados pelo Dieese como necessários para sustentar família de quatro pessoas, ou os Cr\$ 1,5 milhão (cerca de 300 dólares prometidos pelo presidente Collor no início do Governo).

5) Ao longo de 1991 as 500 maiores empresas privadas amargaram prejuízos de 2,5 bilhões de dólares, enquanto as 50 maiores estatais fecharam no vermelho em 3,5 bilhões de dólares.

6) Crescimento do desemprego na indústria paulista, que contabilizou 1,28 milhão de desempregados no período janeiro-julho. O desemprego cresce desde janeiro, 0,8 por cento em média por mês, e representa o maior índice desde julho de 1985.

7) Ameaça de desemprego em massa na construção civil (300 mil postos de trabalho poderão desaparecer), com o contingenciamento de 98 por cento dos recursos do FGTS para o setor.

8) A concentração de renda nas mãos da camada mais rica da sociedade (dez por cento da população) continua. Os "pobres" tornam-se miseráveis e a classe média perde poder aquisitivo.